



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA SAÚDE

PORTARIA SES nº 1235/2022

Revoga as normativas internas de Secretaria da Saúde resultante do Descomplica Saúde. PROA nº 19/2000-0110585-6.

A SECRETÁRIA DA SAÚDE, no uso de suas atribuições e considerando a análise dos setores da SES em razão do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SES nº 596, publicada no DOE em 17 de outubro de 2019, para a execução do projeto Descomplica Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar as Portarias da Secretaria da Saúde listadas no Anexos I desta Portaria.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre,

ARITA BERGMANN  
Secretária da Saúde

ANEXO I DA PT/SES Nº 1235/2022  
PORTARIAS REVOGADAS

| NÚMERO DO ATO NORMATIVO | ANO DE PUBLICAÇÃO | EMENTA   |
|-------------------------|-------------------|--|
| 446                     | 2006              | Designar os servidores abaixo relacionados como membros da COMISSÃO responsável por proceder a avaliação e destinação dos veículos desativados desta Secretaria, que se encontram em estado de sucata. |
| 107                     | 2009              | Instituir Grupo de Trabalho para apresentar proposta de gestão para fornecimento de equipamentos aos usuários do SUS, inclusive os relacionados com Oxigenoterapia e outros tratamentos.               |
| 151                     | 2009              | Art. 1º - Altera o Grupo de Trabalho, criado através da Portaria 107/09, que será composto pelos seguintes servidores desta SES, coordenados pelo primeiro nominado:                                   |
| 232                     | 2009              | Dispõe sobre o serviço de Fiscalização de Contratos no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, alterando o contido na Portaria nº 040/2004.                                      |
| 233                     | 2009              | Nomeia gestor, supervisor e fiscais de contrato na SES   |
| 925                     | 2011              | DELEGACAO COMPETENCIA ORDENADOR para que o presidente da FEPPS ordene despesas da pasta em 2011  |
| 218                     | 2012              | Cria o Grupo de Trabalho para elaborar e estruturar o funcionamento do serviço de Atenção à Saúde Física e Mental dos Servidores da SES.   |
| 763                     | 2012              | PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSAO DO GT DO DRH PROSER  |
| 371<br>(Retificado)     | 2014              | Designa Fiscal de Contrato para o Contrato nº 141/2014, que consta no Processo nº 56864-2000/13.2  |

|      |      |  |
|------|------|--|
| 401  | 2014 | Cria cotas de telefonia celular  |
| 407  | 2014 | Designa Fiscal de Contrato para o Contrato de nº 141/ 2014, que consta no processo nº 56864-20.00/13.2   |
| 437  | 2014 | Reabertura do Prazo de Inscrições para o processo Seletivo de Consultores, pessoas físicas, para trabalharem na qualificação, organização e planejamento de ampliação da Coleção de Plantas Medicinais no Horto do Jardim Botânico.  |
| 504  | 2014 | Designa Fiscal de Contrato para o Contrato de nº 092/ 2014, que consta no processo nº 41965-20.00/12.2.  |
| 855  | 2014 | CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA AVALIAR CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE MOTORISTAS  |
| 886  | 2014 | Designa Fiscal de Contrato para o Contrato de nº 111/2014, que consta no processo nº 70598-20.00/09-5.   |
| 891  | 2014 | Designa Fiscal de Contrato para o Contrato de nº 386/2013, que consta no processo nº 76920-20.00/09-7  |
| 1111 | 2014 | Dispõe sobre o serviço de Fiscalização de Contratos no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, alterando o contido na Portaria nº 040/2004.  |
| 1142 | 2014 | NOMER PARA FISCAIS, SUPERVISORES E GESTORES DE CONTRATO  |
| 384  | 2015 | DESIGNA PARA GESTOR FISCAL E SUPERVISOR DE CONTRATOS   |
| 484  | 2015 | O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Estadual e considerando o que estabelece a Portaria SES/RS nº 040/2004, publicada no Diário Oficial do Estado de 21 de janeiro de 2004, alterada pela Portaria SES/RS nº 1111/2014. R  |
| 683  | 2015 | Artigo 1º Instituir Grupo de Trabalho para analisar e reorganizar o sistema de Fiscalização de Contratos e Convênios da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.  |
| 777  | 2015 | DESIGNAR PARA GESTOR, SUPERVISOR E FISCAL DE CONTRATO alterada pela Portaria SES/RS nº 1111/2014.  |
| 813  | 2015 | Retificar a publicação no Diário Oficial do Estado do dia 27/08/2015, Código 1519234, referente a Portaria 777/2015, a qual passa a ter a seguinte redação   |
| 935  | 2015 | PORTARIA Nº 935/2015 Prorroga o prazo estabelecido no artigo 3º da Portaria 683/2015, que instituiu o Grupo de Trabalho para analisar e reorganizar o sistema de Fiscalização de Contratos e Convênios da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.  |
| 117  | 2016 | Designar o servidor Leonardo Machado de Avila, ID. Funcional nº 3852865, para a função de Fiscal de Contratos e Convênios no âmbito da Escola de Saúde Pública, em substituição a servidora Rosa Maria Ramos da Silveira, ID. Funcional nº 3480097, designada pela Portaria nº 777/2015, publicada no DOE de 27/08/2015.   |
| 132  | 2016 | Prorrogar o prazo estabelecido na Portaria nº 935/2015, por 30 (trinta) dias.  |
| 166  | 2016 | Designar o servidor Cláudio André Nora Bastian, ID. Funcional nº 1919628, para a função de Fiscal de Contratos e Convênios no âmbito da 5ª Coordenadoria Regional de Saúde.  |
| 233  | 2016 | Designar a servidora Claudete Cunha Chaves ID. Funcional nº 3924025, para a função de Fiscal de Contratos e Convênios no âmbito da 6ª Coordenadoria Regional de Saúde, em substituição ao servidor Sergio Biasuz Volpi ID. Funcional nº 1919970, designado pela Portaria nº 777/2015, publicada no DOE de 27/08/2015.  |
| 262  | 2016 | Designar os servidores Thyago dos Santos Medeiros ID. Funcional nº 3050688 e Renato Vasconcelos Baglioni ID. Funcional nº 3508544 para a função de Fiscal de Contratos e Convênios no âmbito do Departamento de Gestão e Tecnologia da Informação- DGTI, em substituição aos servidores Jader Marques da Silva ID. Funcional nº 3930904 e Mateus Andrade Ferreira ID. Funcional nº 3402975, designados pela Portaria nº 777/2015, publicada no DOE em 27/08/2015.                            |
| 279  | 2016 | Designar o servidor João Guilherme Cramer Flores ID. Funcional nº 4234359/01, para a função de Fiscal de Contratos e Convênios de Obras no âmbito da 6ª Coordenadoria Regional de Saúde.   |
| 301  | 2016 | Designar os servidores: Eloisa Oliveira dos Santos ID. Funcional nº 1428571, Remi Gorga Dornelles Junior ID. Funcional nº 2437597, Guilherme Ferreira Simões ID. Funcional nº 4278577 para a função de Fiscal de Contratos e Convênios no âmbito da 2ª Coordenadoria Regional de Saúde, em substituição aos servidores Danilo Rogério Machado ID. Funcional nº 3510379 e João Anilton Amaral ID. Funcional nº 2611023, designados pela Portaria nº 777/2015, publicada no DOE em 27/08/2015. |
| 321  | 2016 | - Dispensar os servidores Ângelo Staub ID. Funcional nº 2967294 e Leonardo Winter Griebeler ID. Funciona nº 1919482, da função de Fiscal de Contratos e Convênios no âmbito da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde, outrora designados pela Portaria nº 777/2015, publicada no DOE em 27/08/2015.  |
| 341  | 2016 | Retificar a Portaria nº 321/2016, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 09/09/2016, Código 1674262, a qual passa a ter a seguinte redação: Onde se lê: Art. 3º - Designar o servidor Andre Dalcin ID. Funcional nº 4231198, para a função de Fiscal de Contratos e Convênios de Obras no âmbito da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde, sendo   |

|     |      |  |
|-----|------|--|
|     |      | dispensado da função no âmbito da 8ª Coordenadoria Regional de Saúde, outra designado pela Portaria nº 777/2015, publicada no DOE em 27/08/2015.   |
| 352 | 2016 | Designar as servidoras Suzana Silveira Gularte ID. Funcional nº 1203894 e Ana Elisa Clesar ID. Funcional nº 1636308 para a função de Fiscal de Contratos e Convênios no âmbito do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Art. 2º - Dispensar o servidor Francisco Carlos Gomes da Fonseca ID. Funcional nº 1133365, da função de Fiscal de Contratos e Convênios, designado pela Portaria nº 777/2015, publicada no DOE em 27/08/2015. |
| 383 | 2016 | Designar a servidora Adriana Kulmann da Roda ID. Funcional nº 3682455/02, para a função de Fiscal de Contratos e Convênios no âmbito da 10ª Coordenadoria Regional de Saúde, em substituição ao servidor Airton Severo da Silveira ID. Funcional nº 2599350/01, designado pela Portaria nº 777/2015, publicada no DOE de 27/08/2015  |
| 384 | 2016 | Designar o servidor Maikel Wehn ID. Funcional nº 2869063/01, para a função de Fiscal de Contratos e Convênios no âmbito da 18ª Coordenadoria Regional de Saúde, em substituição a servidora Lisane Inês Stohr ID. Funcional nº 25248721/01, designado pela Portaria nº 777/2015, publicada no DOE de 27/08/2015.   |
| 103 | 2017 | Prorrogar o prazo estabelecido no artigo 4º da Portaria nº 401/2016, por 90 (noventa) dias. (prazo para a portaria entrar em vigor)  |
| 358 | 2017 | Designar para a função de gestor de contratos no âmbito da ses   |
| 429 | 2017 | Designar o servidor Paulo Roberto Vianna Bohrer ID. Funcional nº 1919873, para a função de Fiscal de Contratos no âmbito do Processo Administrativo 003563-22.00/15-7 ref a sondagem de solos em IJUI 17 CRS   |
| 500 | 2017 | Altera o constante no artigo 1º da Portaria 385/2017, publicada no DOE em 18 de junho de 2017, para incluir os servidores relacionados para respectivos locais   |
| 555 | 2017 | Designar, para exercerem a função de Fiscal Administrativo do Contrato, Fiscal Administrativo Substituto do Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Técnico Substituto da Secretaria de Estado da Saúde, os servidores relacionados no Anexo I, para atuarem nos processos e locais referidos, com as atribuições conferidas na Portaria SES nº 401/2016.  |
| 556 | 2017 | Alterar o constante no artigo 1º da Portaria 358/2017, publicada no DOE em 18 de julho de 2017, para dispensar, da função de Gestor de Contratos, os servidores abaixo relacionados:   |
| 15  | 2003 | Implanta o Programa Primeira Infância Melhor, estabelecendo o repasse financeiro aos municípios habilitados pela CIB/RS ao Programa Primeira Infância Melhor do Fundo Estadual da Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, a partir de 08 de abril de 2003, conforme critérios estipulados por esta - e dá outras providências.  |
| 35  | 2004 | Altera a PT nº 15/2003 da SES/RS, estabelecendo o repasse financeiro aos municípios habilitados pela CIB/RS ao Programa Primeira Infância Melhor do Fundo Estadual da Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, a partir de 26 de agosto de 2004, conforme critérios estipulados por esta - e dá outras providências.   |
| 247 | 2005 | Altera a PT nº 35/2004 da SES/RS, estabelecendo o repasse financeiro aos municípios habilitados pela CIB/RS ao Programa Primeira Infância Melhor do Fundo Estadual da Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, a partir de 01 de junho de 2005, conforme critérios estipulados por esta.   |
| 206 | 2008 | Altera a PT nº 247/2005 da SES/RS, estabelecendo o repasse financeiro aos municípios habilitados pela CIB/RS ao Programa Primeira Infância Melhor do Fundo Estadual da Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, a partir de 01 de junho de 2008, conforme critérios estipulados por esta.  |
| 71  | 2010 | Define valor diferenciado para o incentivo financeiro aos municípios habilitados pela CIB/RS ao Programa Primeira Infância Melhor - PIM em área(s) priorizada(s) pelo Projeto de Prevenção da Violência - PPV.   |
| 569 | 2012 | Altera a PT nº 206/2008 da SES/RS, estabelecendo o repasse financeiro aos municípios habilitados pela CIB/RS ao Primeira Infância Melhor, realizado pelo Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde a partir de 01 de agosto de 2012, conforme critérios estipulados por esta.   |
| 97  | 2009 | Institui grupo de trabalho com representantes de diversos setores da SES e sociedade Civil para elaboração da Política estadual das DST/HIV/Aids   |
| 231 | 2010 | Prorroga grupo de trabalho com representantes de diversos setores da SES e sociedade Civil para elaboração da Política estadual das DST/HIV/Aids   |
| 247 | 2010 | Instituir um Comitê Externo de Seleção de Projetos formado por personalidades atuantes em DST/HIV/Aids e membros de outros setores da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul.  |
| 273 | 2010 | Alterar a Portaria 247/2010 que instituiu os membros do Comitê Externo de Seleção de Projetos para Organizações da sociedade Civil que desenvolvem ações em DST/Aids,  |
| 558 | 2010 | Instituir a Comissão de Acompanhamento com representantes de diversos setores da SES, para acompanhar a execução dos convênios dos Projetos das Organizações da Sociedade Civil em DST/Aids.   |

|      |      |   |
|------|------|---|
| 679  | 2010 | Instituir os membros do Comitê Externo de Seleção de Projetos para Organizações da Sociedade Civil que desenvolvem ações em DST/Aids,   |
| 833  | 2011 | Que as despesas financeiras para ações com a participação de membros das OSC (Organizações da Sociedade Civil), como: participação em eventos fora do Estado que necessitem de transporte aéreo ou locação de ônibus e/ou ao interior do Estado que necessitem de locação de ônibus, constem do Plano de Ações e Metas (PAM) do Estado. |
| 202  | 2012 | Constituir Grupo de Trabalho responsável pela elaboração dos Editais de Seleção de Projetos SES / DAS / SC DST/Aids para os exercícios 2012 e 2013, no âmbito da Política de Incentivo estabelecida pela Portaria nº 2.313/GM,  |
| 641  | 2012 | Instituir Comitê externo de seleção de projetos formado por personalidades atuante em DST/HIV/Aids e membros e setores da SES.  |
| 102  | 2014 | - Constituir Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Edital de Seleção de Projetos SES/DAS/SC DST/Aids para o exercício 2014   |
| 192  | 2014 | Instituir o Comitê Externo de Seleção de Projetos formado por personalidades atuantes em DST/HIV/AIDS e membros de órgãos e setores da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul.  |
| 423  | 2014 | Nomear os integrantes do Grupo de Trabalho para condução das ações do Acordo de Cooperação Interfederativa.   |
| 867  | 2015 | Designar os integrantes do Grupo de Trabalho para condução das ações do Acordo de Cooperação Interfederativa.   |
| 908  | 2015 | Alterar a Redação da parte final do item "Representantes de Universidades", do Anexo I, da Portaria SES nº 867.   |
| 010  | 2000 | Repasse de recursos para as Populações Atingida por Barragens, Assentados, Indígenas e Acampados Sem Terra  |
| 012  | 2000 | Repasse de recursos para as Populações Atingida por Barragens, Assentados, Indígenas e Acampados Sem Terra  |
| 051  | 2003 | Estabelece Incentivo Financeiro para qualificar a Atenção Básica à Saúde prestada nos municípios através do Programa Saúde da Família   |
| 195  | 2010 | Instituir Grupo de Trabalho Intersetorial, interdisciplinar, multidisciplinar e interinstitucional, para a elaboração da Política Estadual de Atenção Integral à saúde Indígena, e dá outras providências   |
| 041  | 2013 | Estabelece Incentivo Financeiro para qualificar a Atenção à Saúde Indígena prestada nos municípios, prezando pela corresponsabilização dos três entes federativos.  |
| 946  | 2015 | Estabelece incentivo financeiro aos municípios para qualificação da Atenção Básica prestada aos povos indígenas no Estado do Rio Grande do Sul, com vista a corresponsabilização dos três entes federativos.  |
| 539  | 2013 | Estabelece Incentivo Financeiro Estadual para Estratégia de Saúde da Família (ESF), Estratégia de Saúde Bucal (ESB) e Estratégia de Saúde da Família Quilombola (ESFQ).   |
| 1143 | 2014 | Institui o Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra do Rio Grande do Sul para subsidiar o processo de implementação da Política Estadual de Atenção Integral a Saúde da População Negra e dá outras providências   |
| 405  | 2016 | Repasse financeiro para equipes de Saúde da Família Quilombola (ESFQ)   |
| 506  | 2020 | Autorizar o repasse em caráter extraordinário aos programas de Saúde dos Povos Indígenas, Comunidades remanescentes de quilombos, saúde prisional, saúde mental na atenção básica e população em situação de rua, para ações de enfrentamento à Covid-19, durante o estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.        |
| 097  | 2021 | Estabelecer parâmetros técnicos organizativos e financeiros para o estímulo à habilitação de novos serviços de Equipe de Atenção Básica Prisional e à manutenção dos serviços existentes para atendimento à saúde das pessoas privadas de liberdade nas unidades prisionais, no âmbito das redes de atenção do Sistema Único de Saúde.  |
| 24   | 1999 | A Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde-NOB-SUS 01/96, na IN-SUS 01/98, na Portaria/MS nº 620, de 17 de maio de 1999 e a Resolução nº 112/99 - CIB/RS,   |
| 20   | 1999 | A Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde-NOB-SUS 01/96, na IN-SUS 01/98, na Portaria/MS nº 620, de 17 de maio de 1999 e a Resolução nº 103/99 - CIB/RS,   |
| 18   | 1999 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |
| 15   | 1999 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |
| 12   | 1999 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |

|     |                      |   |
|-----|----------------------|---|
| 37  | 2000                 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |
| 30  | 2000                 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |
| 25  | 2000                 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |
| 21  | 2000                 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |
| 08  | 2000                 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |
| 03  | 2000                 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |
| 02  | 2000                 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |
| 10  | 2001                 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |
| 11  | 2001                 | Artigo o 1º Habilitar os municípios relacionados abaixo na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e publicar os respectivos valores financeiros relativos à parte fixa do Piso da Atenção Básica - PAB.   |
| 18  | 2003                 | Estabelece Incentivo Financeiro para qualificar a Atenção Básica à Saúde prestada nos municípios através do Programa Saúde da Família.  |
| 30  | 2003                 | Criar o Incentivo Financeiro adicional para o Programa Agentes Comunitários de Saúde no valor de R\$240,00 anuais, por Agente Comunitário   |
| 51  | 2003                 | Estabelece Incentivo Financeiro para qualificar a Atenção Básica à Saúde prestada nos municípios através do Programa Saúde da Família.  |
| 52  | 2003                 | Estabelece Incentivo Financeiro para a reorganização da Atenção à Saúde Bucal nos municípios através do Programa da Saúde da Família.   |
| 53  | 2003                 | Criar o Incentivo Financeiro adicional para o Programa Agentes Comunitários de Saúde no valor de R\$240,00 anuais, por Agente Comunitário   |
| 250 | 2005                 | O SECRETARIO DE ESTADO DA SAÚDE no uso de suas atribuições e, considerando: a Portaria GM/MS nº 1155 de 11 de junho de 2004, publicada no Diário Oficial da União DOU , de 14 de junho de 2004; - a Carta de Compromisso do Projeto de Expansão e Consolidação do Saúde da Família – PROESF – COMP III, de 19 de agosto de 2004; - a necessidade de contratação de Instituição de Ensino e Pesquisa para atuar como Centro Colaborador da Secretaria de Estado da Saúde na Avaliação da Atenção Básica. |
| 584 | 2006                 | Cria grupo de trabalho para potencializar e articular a rede de Atenção básica e saúde mental no Estado do Rio Grande do Sul.   |
| 285 | 2009                 | Regulamenta critérios e compromissos para a transferência de recursos financeiros, visando construção, ampliação e/ou aquisição de equipamentos para Unidades Básicas de Saúde.   |
| 178 | 2010                 | Estabelece, de forma complementar, a utilização dos incentivos financeiros repassados para manutenção, ampliação e qualificação da Atenção Básica, através da Estratégia de Saúde da Família e do Programa Primeira Infância Melhor, bem como critérios para prestação de contas dos recursos repassados aos Fundos Municipais de Saúde.  |
| 360 | 2010                 | Regulamenta a transferência do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Incentivo Estadual para a Atenção Básica, Programa Estuturante “Saúde Perto de Você”, Projeto Saúde Mais Perto de Casa e dá outras providências;   |
| 566 | 2013                 | Estabelece Incentivo Financeiro Estadual para Desenvolvimento do Projeto Piloto da Implantação do ESUS-CDS/PEC na Atenção Básica do município de Sapucaia do Sul.   |
| 563 | 2013                 | A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL , no uso de suas atribuições legais, e considerando:   |
| 565 | 2013<br>(Retificado) | Criar incentivo financeiro para aquisição de Unidade Móvel Terrestre para atuação de equipes de saúde da família em áreas rurais com população rarefeita. (Retificado)  |
| 21  | 2001                 | Cria a Câmara Técnica Consultiva e de Bioética que irá implantar a Política Estadual de Controle da Anemia Falciforme e outras Hemoglobinopatias  |
| 32  | 2002                 | Tornar obrigatória a investigação de todos os óbitos maternos e de crianças menores de  |

|                     |                      |  |
|---------------------|----------------------|--|
|                     |                      | um ano no Rio Grande do Sul  |
| 62                  | 2002<br>(Retificado) | Instituir a Comissão Estadual de Banco de Leite Humano   |
| 185                 | 2009                 | Instituir o Comitê de Perinatologia  |
| 991                 | 2011                 | Instituir o Grupo de Trabalho Gabinete de Situação para Intensificação da Vigilância da Mortalidade Infantil no RS   |
| 8                   | 1999                 | Comitê de Mortalidade Materna  |
| 584                 | 2006                 | Cria grupo de trabalho para potencializar e articular a rede de atenção básica e saúde mental no RS  |
| 430<br>(Retificado) | 2008                 | Regulamenta o funcionamento de serviços de atenção a dependentes de substâncias psicoativas  |
| 231                 | 2009                 | Designa comissão para avaliação de propostas de credenciamento de serviços em regime de residência   |
| 259                 | 2010                 | Designa comissão para avaliação de propostas de credenciamento de serviços em regime de residência   |
| 943                 | 2011                 | Institui grupo de trabalho para implementação do processo de desinstitucionalização dos moradores do Hospital Psiquiátrico São Pedro   |
| 527                 | 2013                 | Nomear a comissão responsável pela avaliação dos candidatos do processo seletivo de seleção pública multiprofissional de saúde mental para apoio a Fundação de Atendimento Socioeducativo  |
| 363                 | 2016                 | Compor a Comissão Avaliadora que receberá e analisará a documentação apresentada por comunidades terapêuticas  |
| 378                 | 2017                 | Constituir uma Comissão de Seleção de credenciamento, composta por representantes de diversos setores da SES   |
| 216                 | 2020                 | Define o repasse dos recursos financeiros estaduais de incentivo às Equipes Multiprofissionais de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT)  |
| 259                 | 2020                 | Regulamenta o funcionamento dos Residenciais Terapêuticos Privados, destinados à moradia de pessoas com transtornos mentais  |
| 7                   | 2000                 | Delegar competência aos Coordenadores Regionais de Saúde, atuarem como autoridade sanitária, decidindo nos Processos Administrativos Sanitários  |
| 35                  | 2000                 | Regulamenta o fluxo de informações no Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador.  |
| 47                  | 2001                 | Criar a Fração Saúde do trabalhador na Municipalização Solidária da Saúde, visando a implementação e qualificação das ações da área de saúde do trabalhador  |
| 4                   | 2002                 | Designar uma Comissão com o objetivo de coordenar e elaborar o texto da I Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador   |
| 12                  | 2002                 | Instituir o Grupo Técnico para o Controle dos altos Teores de Flúor nas Águas de Abastecimento   |
| 16                  | 2002                 | Alterar o Artigo 2º da portaria nº 12/2002   |
| 15                  | 2002                 | Dispõe sobre a padronização de modelos para os atos de competência legal do exercício de atividades de fiscalização no âmbito da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul.   |
| 27                  | 2002                 | Aprova o Regulamento Técnico para Licenciamento e Funcionamento de Postos de Coleta de Laboratórios no Estado do Rio Grande do Sul   |
| 53                  | 2002                 | Efetivar o repasse financeiro das parcelas do Teto da Epidemiologia do ano 2002 a todos os municípios em Tipos I, II e III, que tenham cumprido requisitos mínimos de apresentação de Plano de Aplicação, PPI-ECD 2002 e Ata de Aprovação no Conselho Municipal de Saúde, independente de pendências técnicas, administrativas e/ou contábeis. |
| 17                  | 2003                 | Alterar, na forma dos anexos desta Portaria, os Anexos X e XI da Portaria 15/ 2002-SES/RS  |
| 57                  | 2003                 | Aprovar o Manual do Processo Administrativo Sanitário, elaborado pela Comissão designada através da Portaria SES n.º 10/2003   |
| 61                  | 2003                 | Integrar a Secretaria Estadual de Saúde ao Programa Nacional de Meio Ambiente II – Projeto de Controle da Contaminação Ambiental Decorrente da Suinocultura, coordenado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente.   |
| 70                  | 2003                 | Garantir a implementação dos Centros de Referências Regional em Saúde do Trabalhador   |
| 72                  | 2004                 | Aprova o Regulamento Técnico para o Licenciamento e Funcionamento de estabelecimentos destinados ao processamento de roupas provenientes de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde  |
| 2                   | 2004                 | Designar os membros do Conselho Gestor do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da 11ª Região Sanitária   |

|     |      |   |
|-----|------|---|
| 3   | 2004 | Designar os membros do Conselho Gestor do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da 6ª Região Sanitária   |
| 18  | 2004 | Alterar o disposto no Art.1º da Portaria 02/04, substituindo os Conselheiros para comporem o Conselho Gestor do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da 11ª CRS, Erechim  |
| 8   | 2005 | Fica estabelecido que os recursos orçamentários da Secretaria da Saúde do Estado alocados para implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água – SSAA e Redes de Extensão de Água – ERA, através do PROSAN, nos municípios do Estado, em virtude da situação de emergência decorrente da estiagem, serão transferidos aos Fundos Municipais de Saúde                         |
| 156 | 2005 | Alterar o Parágrafo 1º, do artigo 1º que passará a ter a seguinte redação: “Parágrafo 1º - O Termo de Compromisso a ser assinado pelo Gestor Municipal e pelo Secretário Estadual da Saúde, de que trata o Inciso II deste Artigo 1º, será elaborado conforme Inciso V, do Artigo 2º, do Decreto nº 39 870/99, combinado com o Item g, do Inciso IV, do Artigo 4º, da PT/ SES/RS nº32/2001. |
| 329 | 2005 | Alterar o Artigo 3º da Portaria nº08/2005, prorrogando a sua validade até 30 de novembro de 2005.   |
| 333 | 2005 | Cria a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, preparatória à 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.  |
| 367 | 2005 | Convocar a 2ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador, correspondente à 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, tendo como tema central “Trabalhar Sim, Adoecer Não”, a realizar-se em Passo Fundo nos dias 30 de setembro, 1º e 2 de outubro de 2005.  |
| 469 | 2005 | Prorrogar o prazo de vigência da Portaria nº08/2005 até 30 de junho de 2006, de acordo com o seu artigo 3º  |
| 617 | 2006 | Designar os membros do Conselho Gestor do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Região dos Vales da 8ª Região   |
| 172 | 2006 | Retifica e Altera o Anexo I da Portaria nº 615/2005.  |
| 264 | 2006 | Designar os membros do Conselho Gestor do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Região – Macrorregião Missioneira – Ijuí  |
| 353 | 2006 | Designar os membros do Conselho Gestor do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Região – Macro-Serrana Caxias do Sul  |
| 542 | 2006 | Aprova a Lista de Verificação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação, aprova Normas para Cursos de Capacitação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação e dá outras providências.   |
| 567 | 2006 | Instituir um Grupo de Trabalho com representantes de diversos setores da SES que deverão elaborar o Plano Estadual de Prevenção e Controle das Hepatites Virais para desenvolver as ações de prevenção, vigilância e assistência das Hepatites Virais no Estado do Rio Grande do Sul  |
| 585 | 2006 | “Constitui o Comitê Técnico Assessor do VIGIAGUA para o Estado do Rio Grande do Sul”  |
| 602 | 2006 | Designar o Grupo Técnico Permanente para elaborar diagnóstico das condições dos estabelecimentos odontológicos com e sem raio-x e laboratórios de prótese dental da Rede Pública, bem como estabelecer diretrizes para a efetiva adequação destes estabelecimentos às normas sanitárias vigentes.   |
| 385 | 2007 | Revogar a Portaria nº 32/2004, publicada no D.O.E. em 12 de agosto de 2004, que instituiu o Grupo Técnico de Assessoramento para o Enfrentamento da Tuberculose no Estado do Rio Grande do Sul  |
| 646 | 2007 | Alterar o Anexo I da Portaria SES nº 615/2005, de 22/12/2005, alterado pela Portaria SES nº 172/2006, de 31 de março de 2006, conforme relação em anexo.  |
| 700 | 2007 | Regulamento Técnico Para Licenciamento e Funcionamento de Postos de Coleta de Laboratórios do Estado do Rio Grande do Sul   |
| 43  | 2008 | Dispõe sobre a documentação necessária para abertura de processos administrativos para solicitação, renovação e alteração de Licença Sanitária de farmácias e drogarias no Estado do Rio Grande do Sul.   |
| 214 | 2008 | Cria o Grupo de Trabalho para desenvolver ações de controle da Dengue   |
| 257 | 2008 | Pagamento dos prêmios aos municípios da Premiação Dengue segundo critérios resolução nº 168/07 - CIB/RS   |
| 278 | 2008 | Criar, no âmbito da Secretaria Estadual da Saúde, sob coordenação do Centro Estadual de Vigilância em Saúde, um Grupo Técnico com o propósito de adequar as competências dos órgãos desta Secretaria àquelas sugeridas pelo Ministério da Saúde em relação à Entomologia em Saúde Pública. Além disso, o GT deverá elaborar   |

|      |      |  |
|------|------|--|
|      |      | uma proposta de estruturação da rede, de maneira a possibilitar a implantação e implementação das ações de vigilância entomológica, de reservatórios e animais peçonhentos como parte da Política Estadual de Vigilância em Saúde.   |
| 347  | 2008 | Instituir o Comitê Estadual de Mobilização Social da Campanha de Vacinação contra Rubéola.   |
| 419  | 2008 | Constituir o Grupo Técnico de Estudos sobre a utilização do elemento químico flúor nas águas de abastecimento público, com a finalidade de revisar a regulamentação estadual acerca dos teores mais adequados para a fluoretação das águas para consumo humano; instituir protocolos de monitoramento, controle e vigilância desse íon, agregado ou natural, em águas distribuídas à população; aprofundar o conhecimento dos efeitos locais e sistêmicos na saúde humana a partir da utilização desse elemento químico e propor soluções para os problemas encontrados. |
| 577  | 2008 | Ampliar as categorias profissionais consideradas de risco para Hepatite B, incluindo Podólogos, Manicures, Tatuadores e Barbeiros.   |
| 36   | 2009 | Designa os servidores que exercerão as funções de fiscal sanitário no âmbito da Secretaria Estadual da Saúde   |
| 161  | 2009 | Fica prorrogado por igual período o prazo de que trata o artigo 3º da Portaria 419/2008, de 20 de agosto de 2008.  |
| 336  | 2009 | Acrescenta servidores à lista do artigo 1ª da Portaria nº 36/2009, que designa os servidores que exercerão as funções de fiscal sanitário no âmbito da Secretaria Estadual da Saúde  |
| 215  | 2010 | Inclui e altera dispositivos da Portaria n.º 43, de 23 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a documentação necessária para abertura de processos administrativos para solicitação, renovação e alteração de Licença sanitária de farmácias e drogarias no Estado do Rio Grande do Sul.   |
| 309  | 2010 | Dispõe sobre a documentação necessária para abertura de processos administrativos para solicitação inicial, renovação e alteração de Licença Sanitária Estadual (alvará) e Certificação de Boas Práticas de Fabricação (BPF) para Indústrias de Correlatos no Estado do Rio Grande do Sul.   |
| 647  | 2010 | Aprovar a Segunda Edição do Manual de Processo Administrativo Sanitário, revisada e ampliada, elaborada pela Comissão designada através da Portaria 373/2010   |
| 706  | 2010 | Altera e substitui os anexos das Portarias 15/2002 e 17/2003, da SES/RS. Republicação em 09/03/2011  |
| 50   | 2011 | Acrescenta, altera e exclui servidores da lista do artigo 1ª da Portaria nº 36/2009, com os acréscimos feitos pela Portaria 336/2009, que designa os servidores que exercerão as funções de fiscal sanitário no âmbito da Secretaria Estadual da Saúde.  |
| 587  | 2011 | Dispõe sobre a documentação necessária para abertura de processos administrativos para solicitação, renovação, alteração e cancelamento de Licença Sanitária de estabelecimentos da cadeia farmacêutica no Estado do Rio Grande do Sul.  |
| 866  | 2011 | Acrescenta, altera e exclui servidores da lista do artigo 1ª da Portaria nº 36/2009, com as atualizações feitas pelas Portarias 336/2009 e 50/2011, que designa os servidores que exercerão as funções de fiscal sanitário no âmbito da Secretaria Estadual da Saúde.  |
| 926  | 2011 | Criar, no âmbito da Secretaria Estadual da Saúde, o Grupo de Trabalho para elaboração conjunta do Protocolo de Atenção à Saúde de População Exposta a Contaminante Químico no RS, no Município de Triunfo  |
| 1061 | 2011 | Acrescenta, altera e exclui servidores da lista do artigo 1ª da Portaria nº 36/2009, com as atualizações feitas pelas Portarias 336/2009, 50/2011 e 869/2011, que designa os servidores que exercerão as funções de fiscal sanitário no âmbito da Secretaria Estadual da Saúde.  |
| 13   | 2012 | Dispõe sobre a documentação necessária para abertura de processos administrativos da área de vigilância sanitária de estabelecimentos assistenciais de saúde e estabelecimentos de interesse à saúde   |
| 149  | 2012 | A validade dos alvarás sanitários dos estabelecimentos listados no Anexo desta Portaria será de 01 (um) ano a contar da data em que foram efetivamente emitidos  |
| 361  | 2013 | Divulgar a Nota Técnica SES/CEVS/DVAS Nº 001/2013, que versa sobre o Controle de Vetores e Pragas Urbanas em Áreas de Uso Comum no Estado do Rio Grande do Sul.  |
| 573  | 2013 | Transfere aos Fundos Municipais de Saúde valores para implantar o Programa PROSAN - Arroio Grande, Barros cassal, Bom Progresso, Cacequi, Camargo, Condor, Dr Ricardo, Herveiras, Ibirubá, Jari, Lagoão, Novo Barreiro, Porto Xavier, Quevedos, Rondinha, São  |

|      |      |   |
|------|------|---|
|      |      | João de Urtiga e Três Forquilhas  |
| 587  | 2013 | Transfere aos Fundos Municipais de Saúde valores para implantar o Programa PROSAN - Caraa e Vespasiano Correa   |
| 602  | 2013 | Transfere aos Fundos Municipais de Saúde valores para implantar o Programa PROSAN - Caraa e Entre-Ijuis   |
| 41   | 2014 | Designar os abaixo relacionados para constituírem a Comissão Organizadora da III Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora   |
| 103  | 2014 | Dispõe sobre o Roteiro de Inspeção Sanitária a ser seguido nas Unidades de Terapia Intensiva do Estado do Rio Grande do Sul.  |
| 245  | 2014 | Designar as Comissões Organizadoras das Macrorregionais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - Vales   |
| 244  | 2014 | Designar as Comissões Organizadoras das Macrorregionais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - Centro-Oeste  |
| 271  | 2014 | Designar as Comissões Organizadoras das Macrorregionais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - Metropolitana   |
| 282  | 2014 | Transfere aos Fundos Municipais de Saúde valores para implantar o Programa PROSAN - Alpestre, Bom Progresso, Erval Seco, Estação, General Câmara, Pejucara e Pinhal Grande  |
| 312  | 2014 | Transfere aos Fundos Municipais de Saúde valores para implantar o Programa PROSAN - Cruz Alta, Entre-Ijuis e São Pedro das Missões  |
| 325  | 2014 | Constituí a Comissão Organizadora da Conferência Macrorregionais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora  |
| 344  | 2014 | Transfere aos Fundos Municipais de Saúde valores para implantar o Programa PROSAN - Campos Borges, Coronel Bicaco e Toropi  |
| 389  | 2014 | Transfere aos Fundos Municipais de Saúde valores para implantar o Programa PROSAN - Vista Alegre  |
| 419  | 2014 | Transfere aos Fundos Municipais de Saúde valores para implantar o Programa PROSAN - Miraguaí, Barra do Rio Azul e Boqueirão do Leão   |
| 446  | 2014 | Transfere aos Fundos Municipais de Saúde valores para implantar o Programa PROSAN - Lagoa Bonita do Sul e Candelária  |
| 508  | 2014 | Institui o Comitê Operacional de Emergência devido a situação de calamidade devido a chuvas intensas e suas várias consequências  |
| 1154 | 2014 | Dispõe sobre o Roteiro de Inspeção Sanitária a ser seguido nos Centros de Materiais e Esterilização - CME e nas empresas que realizam o processamento de produtos para a saúde no Estado do Rio Grande do Sul.  |
| 1227 | 2014 | Dispõe sobre a documentação necessária para abertura de processos administrativos para solicitação, renovação e alteração de Licença Sanitária de estabelecimentos da cadeia de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro (Correlatos) perant Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro (Correlatos) perante a Secretaria de Estado da Saúde. |
| 1236 | 2014 | Determina que todas as Coordenadorias Regionais de Saúde, por meio de seus setores de vigilância sanitária, encaminhem a Divisão de Vigilância Sanitária do CEVS, através de endereço eletrônico, informações das empresas fornecedoras/ produtoras de alimentos com condenação administrativa, após a CEVS/DVS enviará ao Ministério Público do RS.                                |
| 1322 | 2014 | Institui o Grupo Técnico de Educação em Saúde, Gestão e Planejamento na Divisão de Vigilância Sanitária (DVS) do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS)/SES-RS.  |
| 736  | 2015 | Institui o Grupo Técnico da Erva Mate   |
| 887  | 2015 | No âmbito da SES fica autorizada a Vigilância Sanitária, mediante apresentação do protocolo do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio -PPCI  |
| 947  | 2015 | Dispõe sobre a Comercialização de Água Potável para Consumo Humano Envasada em Máquina de Autoatendimento de Processamento Rápido ou Similar e dá Outras Providências.  |
| 91   | 2016 | Designa os integrantes do Comitê Técnico para Medicamentos e Assessoramento do Programa Estadual para Prevenção e o Controle de Hepatites Virais do Rio Grande do Sul.  |
| 193  | 2016 | Dispõe sobre a elaboração de Laudo Pericial elaborado pela Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde do RS acerca de alimentos impróprio para o consumo humano.  |
| 337  | 2016 | Altera os anexos VII e X da Portaria 706, da SES/RS   |
| 389  | 2016 | Inclui o ramo de atividade "UNIDADE DE FÁRMACIA HOSPITALAR" no Anexo I da Portaria 887, de 18 de novembro de 2015   |
| 66   | 2017 | Estabelecer os requisitos e exigências para o funcionamento, licenciamento, fiscalização  |

|     |      |   |
|-----|------|---|
|     |      | e controle dos estabelecimentos que exerçam a atividade de comércio atacadista e varejista nos segmentos de açougue e fiabreria, em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul  |
| 118 | 2017 | Autoriza a Vigilância Sanitária Estadual a expedir alvará sanitário em caráter precário para hospitais e assemelhados mediante a apresentação do protocolo do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) no Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (CBMRS) e dá outras providências  |
| 146 | 2017 | Altera a Portaria nº 66, de 31 de janeiro 2017, que estabelece os requisitos e exigências para o funcionamento, licenciamento, fiscalização e controle dos estabelecimentos que exerça, a atividade de comércio atacadista e varejista nos segmentos de açougue e fiabreria, em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul.   |
| 295 | 2017 | Regulamenta a expedição de alvarás pela Vigilância Sanitária Estadual para os estabelecimento listados no Anexo I desta Portaria, de acordo com o disposto no § 2º do artigo 5º da Lei Complementar Estadual nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 14.924, de 22 de setembro de 2016.  |
| 321 | 2017 | Estabelecer o prazo de um ano, contar da data da publicação desta Portaria, para que os estabelecimentos se regularizem às alterações realizadas pelo Decreto nº 53.304, de 24 de novembro de 2016, no Decreto nº 23.430, de 24 de outubro de 1974.   |
| 431 | 2017 | Inclui o ramo de atividade "Drogaria em Caráter Precário" no Anexo I da Portaria SES nº 295, de 07 de junho de 2017.  |
| 45  | 2018 | Altera o inciso I do 1º da Portaria nº 1236/2014, de 27 de novembro de 2014, para fins de atendimento do disposto na cláusula segunda do Termo de Cooperação Operacional, cujo objetivo é a publicização aos consumidores da nominata das empresas que tenham sido condenadas na esfera administrativa pelo fornecimento de alimentos impróprios ao consumo.  |
| 99  | 2018 | Prorrogar, até 30 de junho de 2019, os prazos estabelecidos pela Portaria SES nº 321, de 26 de junho de 2017  |
| 68  | 2003 | Regula a forma de Aplicação dos Recursos Financeiros a serem repassados do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde, para a implementação pelos municípios do Programa SALVAR, de acordo com o Decreto 42.368, de 29 de julho de 2003 e dá outras providências  |
| 71  | 2003 | Instituir, no âmbito da Coordenação Estadual de Urgência e Emergência/SES, o Comitê Gestor Estadual da Atenção às Urgências   |
| 202 | 2005 | Instituir, no âmbito da Coordenação Estadual de Urgência e Emergência/SES, o Comitê Gestor Estadual da Atenção às Urgências.  |
| 267 | 2005 | Instituir no âmbito da Coordenação Estadual de Urgência e Emergência/SES o NEU – Núcleo de Educação em Urgências, com atuação prioritária na formação, capacitação, habilitação e educação continuada de recursos humanos para as Urgências, sob a administração de um conselho diretivo, coordenado pelo Coordenador Estadual das Urgências da SES e tendo a Escola de Saúde Pública, como órgão de assessoramento acadêmico |
| 621 | 2005 | Instituir, no âmbito da Coordenação Estadual de Urgência e Emergência/SES, o Comitê Gestor Estadual da Atenção às Urgências   |
| 217 | 2007 | Regula a forma de Aplicação dos Recursos Financeiros a serem repassados do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde, para a implementação e manutenção pelos municípios do Programa SALVAR, de acordo com o Decreto 42.368, de 29 de julho de 2003 e dá outras providências   |
| 624 | 2008 | Regula a transferência de recursos financeiros complementares para incrementar/manter em funcionamento as bases implantadas e a regulação do serviço de atendimento pré-hospitalar do Litoral Norte, do Programa SALVAR/SAMU 192 RS   |
| 193 | 2009 | Regula a transferência de recursos financeiros complementares para incrementar/manter em funcionamento as bases implantadas e a Regulação do Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar do Litoral Norte, do Programa SALVAR/SAMU 192 RS   |
| 541 | 2009 | Regula a transferência de recursos financeiros complementares para incrementar/manter em funcionamento as bases implantadas e a Regulação do Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar do Litoral Norte, do Programa SALVAR/SAMU 192 RS.  |
| 318 | 2010 | Regula a transferência de recursos financeiros complementares para incrementar/manter em funcionamento as bases implantadas e a Regulação do Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar do Litoral Norte, do Programa SALVAR/SAMU 192 RS.  |
| 759 | 2012 | Altera a redação do item 4 do anexo 02 da Portaria SES nº 256/2012, de 02/07/2012   |
| 912 | 2012 | Regula a transferência de recursos financeiros para implantar/manter em funcionamento Equipe Aérea de Atendimento Pré-Hospitalar, para reforço às atividades do SAMU 192 nos Litorais Norte e Sul, durante o Verão Numa Boa 2012/2013.  |

|      |      |  |
|------|------|--|
| 423  | 2013 | Estabelece o fluxo de habilitação estadual, monitoramento e operacionalização para o cofinanciamento para as Portas de Entrada Hospitalares de Urgência e Emergência que são referência de atendimento a todos os componentes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências/RUE  |
| 564  | 2013 | Regula a transferência de recursos financeiros para implementar e manter em funcionamento Equipe Aeromédica de Atendimento Pré-Hospitalar, para reforço às atividades do SAMU 192 no Estado do Rio Grande do Sul.  |
| 594  | 2013 | Regula a transferência de recursos financeiros para implementar e manter em funcionamento Equipes de Atendimento Pré Hospitalares Móveis para reforço às atividades do SAMU 192 no Litoral Gaúcho, Programa Verão Numa Boa 2013/2014   |
| 36   | 2014 | Instituir Incentivo Financeiro ao Processo de Habilitação Federal e Estadual do Componente SAMU 192, através do Tesouro do Estado, para dar celeridade a ampliação das equipes de SAMU.  |
| 37   | 2014 | Regula a transferência de recursos financeiros para implementar e manter em funcionamento Equipes de Atendimento Pré Hospitalares Móveis (02 Unidades de Suporte Avançado de Vida e 02 Unidade de Suporte Básico de Vida), para reforço às atividades do SAMU 192 na região Carbonífera e Costa Doce.  |
| 237  | 2014 | Autoriza a transferência de recursos financeiros complementares para incrementar/manter em funcionamento a UPA-24h do município de Bagé  |
| 243  | 2014 | Regula a transferência de recursos financeiros para manutenção do funcionamento da Equipe Aeromédica de Atendimento Pré-Hospitalar, implantada como apoio às atividades da frota SAMU 192 no Estado do Rio Grande do Sul   |
| 400  | 2014 | Define o repasse de recurso para custeio de Pronto Atendimento de Urgência e Emergência do Município de Pelotas  |
| 451  | 2014 | Regula o desconto no valor de custeio mensal Estadual da UPA 24  |
| 506  | 2014 | Regula a transferência de recursos financeiros para implementar e manter em funcionamento Equipes de Atendimento Pré Hospitalares Móveis (01 Unidade de Suporte Avançado de Vida), para reforço às atividades do SAMU 192 na região Carbonífera, tendo em vista a necessidade de cobertura dos atendimentos de urgência pré hospitalar   |
| 942  | 2014 | Regula a transferência de recursos financeiros complementares para incrementar/manter em funcionamento a UPA-24h do município de Venâncio Aires  |
| 943  | 2014 | Regula a transferência de recursos financeiros complementares para incrementar/manter em funcionamento a UPA-24h do município de Santa Rosa.   |
| 1226 | 2014 | Regula a transferência de recursos financeiros complementares para incrementar/manter em funcionamento a UPA-24h do município de Alegrete/RS.  |
| 1229 | 2014 | Regula a transferência de recursos financeiros complementares para incrementar/manter em funcionamento a UPA-24h do município de Frederico Westphalen/RS   |
| 702  | 2015 | Regula a transferência de recurso financeiro destinado a aquisição de equipamentos médico-hospitalares e mobiliários à Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas) Porte II do município de Uruguaiana  |
| 542  | 2017 | Nomeia os membros titulares e suplentes das Câmaras Técnicas vinculadas à Central de Transplantes do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências   |
| 235  | 2017 | Autoriza a transferir recursos ao Município para complementação de valores para construção e/ou aquisição de equipamentos para a UPA (Unidade de Pronto Atendimento)   |
| 461  | 2017 | Autoriza transferir recursos ao Município de Parobé para complementação de valores para construção de UPA (Unidade de Pronto Atendimento)  |
| 591  | 2017 | Autoriza a transferir recursos ao Município para complementação de valores para construção de UPA (Unidade de Pronto Atendimento)  |
| 779  | 2018 | Define e regulamenta os procedimentos e rotinas para a condução de processos de sindicância que apuram a ocorrência de irregularidades e infrações funcionais verificadas em ambiente de trabalho ou em decorrência de atos praticados por pessoas que desenvolvem atividades para a SES/RS; que atinjam o patrimônio ou direito da SES; ou, o interesse público, com o fim de subsidiar a aplicação medidas administrativas para a reparação ou ressarcimento dos danos causados. |